



PADRE LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Este governo tem que cumprir o Pacto de Cooperação para a Solidariedade



ASSEMBLEIA GERAL
Relatório de Atividades
e Contas 2021 aprovados
por maioria



UCRÂNIA
Baião acolhe
sete mulheres e cinco
crianças fugidas da guerra



UNIÕES DISTRITAIS
Porto e Bragança
assinalam duas décadas
de apoio às associadas

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



As maiores felicidades para o novo Governo

Desejo felicidades aos novos governantes, na certeza de que tudo o que fizerem que os deixem felizes, será bom para todas e todos os portugueses/ses. O grande desígnio, como foi assumido na campanha eleitoral, que resultou numa maioria de votos para o Partido que suporta o Governo, é que ninguém fique para trás. Para que isso seja possível, o Governo tem de demonstrar uma grande abertura à monitorização do mais Alto Magistrado da Nação, dos outros Partidos, mesmo dos que não tenham assento parlamentar, e, sobretudo do povo, através das organizações da sociedade civil. Até mesmo auscultando, diretamente, as pessoas. Não se tem conseguido que os/as deputados/as regressem aos lugares onde fizeram a campanha eleitoral para dizerem o que já conseguiram fazer, do que prometeram, e ouvirem os anseios e esperanças das gentes. Não seria difícil. Bastaria duas vezes em cada ano nos auditórios municipais e das juntas de freguesia, bem como nos espaços das coletividades e das instituições particulares de solidariedade social, que seriam ótimos locais de encontro. Esta seria uma garantia de se saber quem continuava a ficar para trás.

Este Governo tem complexas dificuldades, endógenas e exógenas, a enfrentar. Começo pelas externas, considerando a fundamental, que são as consequências já sentidas, e a imprevisibilidade de outras, decorrentes da guerra declarada pela Rússia ao “pequeno” país da Ucrânia; a cada vez maior agressividade da globalização comercial que faz os mercados emergentes de grandes países asiáticos sufocarem a comercialização dos produtos portugueses; os fluxos migratórios que, em si mesmos não são um problema, pelo contrário, mas uma atenção mais apurada às metodologias de inclusão. Fico-me por estas três que já são de grande relevância. As dificuldades internas são mais, e que obrigam a uma governação muito exigente, centrada no bem comum e não na satisfação de interesses corporativos. Refiro algumas: os

nefastos efeitos sanitários, sociais e económicos e espirituais deixados pela pandemia COVID 19 que ainda não está, totalmente, superada; a redução drástica das infames desigualdades sociais que têm o seu rosto numa taxa de pobreza inconcebível e uma parte dela com a fatídica marca geracional; as condições do trabalho que são disponibilizadas, assentes em salários baixos e em outras condições pouco dignas que levam muitos à iníqua condição de trabalhador/a pobre; as fragilidades de um Sistema Nacional de Saúde que precisa de se apresentar como a possibilidade de acesso às oportunidades existentes, ou seja, que ninguém fique fora dele. Que não permita que a dimensão pública fique para os mais pobres e a particular para os que dispõem de mais capacidades financeiras. Que seja mesmo um Sistema Nacional que permita não haver as indesculpáveis listas de espera para consultas, diagnósticos e tratamentos; a insustentabilidade das pequenas e médias empresas que, no seu conjunto, são a alavanca de um desenvolvimento mais seguro; as questões da violência seja em contexto familiar, nos locais de encontro convivial ou de emprego e nas escolas; a necessidade de reequacionar o sistema tributário, altamente penalizante para os trabalhadores e empreendedores de pequena e média dimensões; uma proteção social menos assistencialista, mas mais preventiva e promocional; as contingências que poderão advir da transferência das competências governativas centrais para o poder local, pois há que acautelar os recursos humanos e financeiros e a democraticidade rigorosa e transparente da aplicação das medidas de política; o atual modelo de arrendamento que impede, quem não afigure rendimentos médios, e/ou vive em agregados familiares de, no máximo de quatro pessoas, de acederem a habitações dignas. É um escândalo o inflacionamento das rendas registado nos últimos anos; por último, mas uma das dificuldades mais condicionantes, é

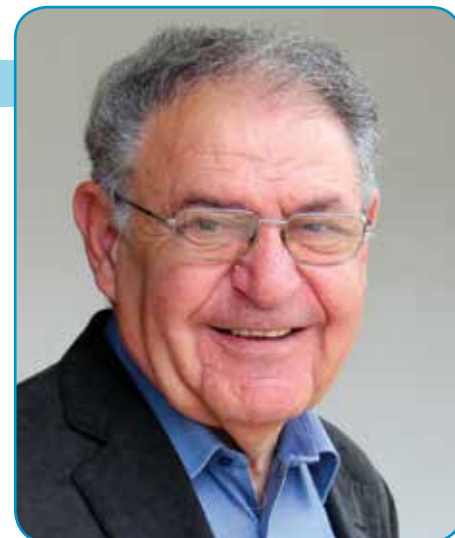
enfrentar as “roturas” causadas na evolução da escolaridade e a já persistência dos níveis de abandono escolar e insucesso escolar em faixas etárias não incluídas na designada vida ativa; os baixos níveis de intervenção social evidenciados pela manutenção de significativas taxas de abstenção nos atos eleitorais; no rejuvenescimento dos quadros dirigentes das instituições da sociedade civil, alicerçada numa das formas de exercício da cidadania que é o voluntariado. A necessidade de juntar a revitalização da democracia representativa tem de estar em plena consonância com a dimensão participativa da mesma.

Para superar estas últimas dificuldades internas, sem excluir outras das mencionadas, é incontornável a cooperação com a sociedade civil, dentro da qual têm uma expressão, significativamente inegável, as IPSS. A relação tem de ser de uma parceria em que, ambas as partes, se apresentem como iguais. Há que repensar os níveis de financiamento para se garantir a progressiva melhoria na qualidade dos serviços prestados, mas também para se garantirem retribuições mais dignas a determinadas categorias profissionais. Outros aspetos que podem não parecer relevantes, mas que favorecem a transformação de mentalidades. Trata-se da narrativa utilizada pelos serviços do Estado e pelas IPSS. Os dirigentes destas não se devem posicionar como quem faz favores ao Estado por realizarem o que compete a este, nem o Estado deve referir-se à subsídio concedida às IPSS como se tratasse de financiamento a favor delas e não às pessoas e famílias, através delas. É fundamental que as IPSS se assumam como promotoras de desenvolvimento local e não apenas como prestadoras de serviços.

O Governo tem condições políticas para enfrentar estes desafios. Que não seja uma governação “autista”, pois todos e todas são necessários para a construção do desenvolvimento integral que não deixe ninguém para trás.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Um novo ciclo e o sector social

Na aproximação das eleições legislativas, no princípio de janeiro, com as outras três organizações representativas do Sector Social Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias e Confederação Cooperativa Portuguesa), colocaram aos dez Partidos que tinham assento parlamentar um conjunto importante de questões para o Sector Social Solidário.

Vários desses Partidos reagiram positivamente.

Com o início de uma legislatura que parece reunir condições para completar o seu mandato, começa um novo ciclo. Pela oportunidade de que se revestem as questões oportunamente colocadas aos Partidos, o Solidariedade conclui a sua apresentação.

4. Referimo-nos à necessidade de que, no desenvolvimento da Lei de Bases da Economia Social, tenha efetiva tradução legislativa a distinção entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Privado, tendo designadamente em conta os valores e os princípios que caracterizam um e outro.

Mas, para efetivamente cumprir o desígnio constitucional, é também mister desenvolver em sede legislativa uma diferenciação simétrica daquela: agora entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Público.

Na verdade, importa esclarecer de uma vez por todas a **natureza sintagmática das relações jurídicas entre o Estado e as ORSS** que, (porque envolvem um princípio de filosofia jurídica que assenta na responsabilidade conjunta das comunidades e do Estado em sede de conceção e execução de políticas sociais) se distingue naturalmente da **natureza sinalagmática da relação entre o Estado e o Setor privado** (porque o que está aqui em causa é a prestação de um serviço por via de uma qualquer contrapartida). **Por isso mesmo se devem designar as relações entre os primeiros por Acordos e Protocolos e entre os segundos por Contratos e Convenções.**

Já acima se referiu a consagração, em dois diplomas legislativos fundamentais – uma lei de bases e um estatuto –, do princípio da autonomia destas Instituições relativamente ao Estado.

É o caso da Lei de Bases da Economia Social, que proclama, no seu artº 5º, f) que constitui princípio constitutivo das entidades da economia social, “A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social.”

No mesmo sentido, o artº 3º, 2. do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, estabelece que, “Com respeito pelas

disposições estatutárias e pela legislação aplicável, as instituições estabelecem livremente a sua organização interna”; reforçando este reconhecimento da autonomia o artº 4º, 4. do mesmo Estatuto, que enfatiza que “O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das instituições.”

Ora, persistem em diversos diplomas relativos ao Setor Social Solidário vestígios da legislação corporativa própria do Estado Novo, e do seu Código Administrativo, de Marcello Caetano, que veiculam conceitos caducados pelo tempo e pela liberdade, como é o caso da tutela, que constitui uma Secção própria, a III Secção, do Capítulo I do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

Ora, a tutela é tipicamente uma relação administrativa, entre dois órgãos de natureza pública, que permite ao órgão de tutela interferir na atividade do órgão tutelado, designadamente nomeando e destituindo os titulares dos órgãos sociais deste.

Não é esse, mesmo sob a perspetiva da legislação existente, como vimos, o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades equiparadas, havendo contradição insanável num diploma que, num certo passo, proclama a autonomia das Instituições face ao Estado, para, mais adiante, qualificar como sendo de tutela a relação entre o Estado – aqui, Administração Pública – e as Instituições.

No mesmo sentido, há que convocar o artº 46º, 2 da Constituição da República, que estabelece que “As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou

suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

“Sem interferência das autoridades públicas” – é o que determina a Constituição.

Ora, a tutela administrativa é, por definição, uma interferência.

E, por outro lado, a forma associativa, protegida na sua autonomia pelo artº 46º da Constituição, constitui uma das principais formas jurídicas por que as IPSS e entidades equiparadas se apresentam.

Neste sentido, as ORSS interpelam as forças políticas concorrentes às eleições legislativas no sentido de promoverem a adequação à Constituição da legislação avulsa respeitante ao regime jurídico das IPSS, das Mutualidades e das entidades equiparadas, designadamente no que se refere à subsistência de referências quer a uma relação de tutela quer a uma terminologia jurídica que não é, nem legal, nem constitucionalmente, admissível ou aceitável.

Por último, propõe-se que no âmbito desta revisão legislativa sejam eliminados os obstáculos e constrangimentos das Entidades da Economia Social ao acesso às atividades económicas próprias dos seus fins (clínicas, farmácias, secções de turismo e funerárias, etc.) assim como, às atividades meramente instrumentais destinadas ao financiamento dos seus fins principais.

Sempre com prévia audição das Organizações Representativas do Sector Social (ORSS), nos termos do artº 16º do Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de Junho.



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Ano de 2021 foi de esperança, confiança e importantes conquistas para o sector social

A Assembleia Geral da CNIS decorreu em Fátima, no dia 26 de março, na qual foi feito um balanço do ano de 2021, complementado com a apresentação e aprovação do Relatório de Atividades e das Contas do ano passado. Eleutério Alves caracterizou 2021 como um “ano de esperança e confiança”, durante o qual a CNIS conseguiu importantes conquistas junto do Governo em prol das suas associadas e do Sector Social Solidário. Por outro lado, ficou a saber-se que o VI Congresso da Confederação se realizará a 7 e 8 de junho, em Viseu, no qual é esperada grande participação das instituições associadas.

A Assembleia Geral tinha como principais pontos da ordem de trabalhos a apresentação, apreciação e votação do Relatório de Atividades e das Contas relativas ao ano de 2021, documentos aprovados por larga maioria, contando apenas com uma abstenção.

Antes de apresentar uma versão resumida do Relatório de Atividades, o vice-presidente da CNIS fez um balanço do que foi 2021, depois de um dos anos mais difíceis da vida das IPSS, mas não só, como foi o de 2020.

“Entrámos em 2021 com um sentimento de esperança e de confiança e o nosso programa de ação, apresentado no final de 2020, apontava nesse sentido”, começou por dizer Eleutério Alves, acrescentando: “Esperança de que em 2021 o pior da pandemia seria já passado e confiança de que a ciência e, neste caso, as vacinas iriam devolver às instituições aquela normalidade que fazia parte da nossa vida institucional, sobretudo no convívio, na proximidade dos amigos, nas visitas dos familiares, nas saídas ao exterior, em tudo aquilo que o nosso desejo era mais forte. No fundo, que os nossos utentes tivessem vida e pudessem vivê-la sem perturbações, com qualidade e dignidade. Hoje podemos constatar que 2021 nos trouxe uma boa parte desse nosso desejo, quer na vida nas unidades residenciais, quer no mundo das crianças que apoiamos, porque também elas foram castigadas pela situação e estavam cheias de vontade de brincar e de sorrir de novo, de forma despreocupada e sem restrições”.

Referindo-se às alterações e reestruturações que muitas das instituições implementaram, para além da “grande mobilização de meios materiais e humanos”, o dirigente da CNIS sublinhou que “muita coisa mudou, porque a conjuntura a fez mudar, mas muitas outras coisas mudaram porque as instituições foram percebendo que alguns métodos de antes já não se ajustavam às exigências de agora”, lembrando ainda que “2021 obrigou muitas instituições a grandes sacrifícios quer financeiros, quer ao nível dos recursos humanos para responder às novas necessidades”.

De seguida, Eleutério Alves recordou que “a CNIS esteve ao longo do ano tão próxima quanto



possível das suas associadas, aconselhando, apoiando, capacitando, representando-as junto de outros parceiros, dialogando e negociando com o Governo medidas de apoio que permitissem a todas cumprir a sua missão e objetivos”, lembrando que “durante todo o ano a CNIS procurou garantir o reconhecimento e a imagem do Sector Social Solidário e das associadas em particular”.

No entanto, nem tudo, segundo o «vice» da CNIS, foram rosas: “Mas não foi fácil conseguir as medidas políticas e financeiras que foram aprovadas para apoio ao sector, nem foi possível conseguir tudo aquilo que propusemos e a que justamente considerávamos ter direito por ser obrigação do Estado Social”.

No entanto, “foi fácil e foi possível manter a determinação, a motivação e o empenho de todo o sector, dirigentes e trabalhadores no cumprimento das suas obrigações e responsabilidades para com os cidadãos e as comunidades, garantindo o apoio àqueles e a paz social a estas”, afirmou.

Eleutério Alves, depois, destacou o papel preponderante do presidente da CNIS em todo este processo cuja “credibilidade, firmeza, competência e, sobretudo, justiça e seriedade das propostas que com grande convicção sempre defendeu e defende, foram essenciais para que o Governo reconhecesse a importância do sector e a boa-fé de todos quantos aos mais diversos níveis o representam e lhe dão vida”.

Por fim, o «vice» da CNIS sublinhou que, com a atitude dos seus dirigentes, “foi possível acabar o ano de 2021 com a assinatura do Pacto de Cooperação, um documento que irá ser determinante para a sustentabilidade das instituições associadas, bem como para o futuro de todo o Sector Social Solidário”.

Sobre o Relatório de Atividades, Eleutério Alves destacou algumas ações concretizadas ao longo do ano de 2021: a comemoração do Dia da CNIS, com a apresentação do estudo «Importância das IPSS nos cuidados às Pessoas com Dependência», desenvolvido por investigadores da Universidade de Évora; a realização



da Chama e XIV Festa da Solidariedade, em parceria com a URIPSS Açores, entre os dias 6 a 9 de outubro; realização de uma reunião de articulação com os membros das equipas técnicas das Uniões Distritais, Regionais e Federações, em que foram tratados temas como a Contratação Pública, o Contrato Coletivo de Trabalho, a Prestação de Contas, a Formação e a Cooperação; Promoção de dois cursos de gestão para dirigentes, especificamente em Lisboa e Setúbal; realização de vários seminários especializados sobre «Avaliação de Impacto», «Gestão de Pessoas» e «Planeamento Estratégico»; elaboração da Central de Balanços; promoção de um ciclo de webinars sobre «A vida e os direitos das pessoas com deficiência».

O «vice» da CNIS salientou ainda a negociação e assinatura da revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, que decorreu, em dezembro, em Lisboa, entre o Governo, a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e as quatro Organizações Representativas do Setor Social e Solidário (CNIS, União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas e CONFECOOP) e a intervenção do presidente da CNIS na Conferência de Alto Nível da Cimeira Social do Porto, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, integrando o terceiro painel «Bem-estar e proteção social».

Quanto ao Compromisso de Cooperação 2021-2022, Eleutério Alves sublinhou ainda o não cumprimento do que fora definido, tanto na área da Educação, como da Saúde e da Segurança Social, como por exemplo: a nível do Pré-escolar; RNCCI, Demências e Saúde Mental; Revisão legislativa de ERPI, Centro de Dia, SAD, Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo e Alojamento Urgente e Temporário; Comparticipação complementar dos CATL – 2º ciclo; Lar de apoio - Avaliação e futuro; Pagamento da majoração das vagas reservadas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Alojamento Temporário; Acolhimento Familiar e CACI - consensualização da minuta do acordo de cooperação; Reafectação de verbas; ou Descanso do Cuidador Informal nas unidades da RNCCI.

De seguida, o tesoureiro Macário Correia apresentou as Contas 2021, “contas que estão equilibradas e têm um saldo positivo” de cerca de 16 mil euros.

Apresentados e votados os documentos de 2021, foi tempo de apresentar o VI Congresso da CNIS, intitulado «As IPSS nas Políticas Sociais»,



a realizar nos dias 7 e 8 de junho, no Instituto Politécnico de Viseu, e que se pretende muito participado.

“Apelamos à presença maciça de todos para melhor podermos afirmar o sector”, enfatizou Eleutério Alves.

Como habitualmente, o padre Lino Maia prestou algumas informações e respondeu a algumas das questões levantadas pelos representantes das instituições.

O presidente da CNIS começou por lembrar que, aquando da negociação do novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, afirmou que “não assinava o documento se não houvesse uma comparticipação equitativa dos custos”. E, agora, “não assino uma Adenda que não tenha em conta o que ficou plasmado no Pacto”, disse.

Já quanto à questão da gratuitidade da creche e à dúvidas resultantes da Lei 2/2022, o presidente da CNIS revelou que a Direção-Geral da Segurança Social irá elaborar, até ao final de abril, um parecer explicativo que ultrapasse as dúvidas existentes.

Sobre “a guerra injusta e injustificada”, o padre Lino Maia informou que já chegaram a Portugal mais de 18.000 refugiados da Ucrânia, “um número que se espera vá crescer bastante”, referindo que “houve uma resposta muito boa ao apelo feito às IPSS para acolherem estas



pessoas que fogem da guerra”.

“Continuamos a ser agentes de respostas positivas”, sublinhou.

Uma outra questão que tem preocupado as instituições e os dirigentes da CNIS prende-se com a insistência descabida de alguns Centros Distritais da Segurança Social em rever em baixa as frequências do Centro de Dia.

“Há instituições a serem contactadas para reverem em baixa as frequências de Centro de Dia, em especial no Porto e, agora bastante, em Lisboa. Apesar de esta situação estar prevista, a realidade mostra que, com o encerramento das valências e a abertura a conta-gotas, as frequências estão inferiores”, referiu o padre Lino Maia, lembrando que até 30 de junho de 2021 as frequências em Centro de Dia eram as de fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia.

Assim, “a partir de 1 de julho as frequências a registar devem ser as reais, mas estamos a tentar rever esta situação. No entanto, as instituições não devem assinar revisões em baixa dos acordos de cooperação de Centro de Dia. Isto é uma garantia da ministra, da secretária de Estado e da vice-presidente do ISS, que está em funções de presidência. Não assinem e digam que são orientações do presidente da CNIS”, asseverou.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



As IPSS nas Políticas Sociais



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade

VI Congresso

Viseu · 7 e 8 junho 2022

Audatório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu - IPV



FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Celebração dos 25 anos de vida serviu para homenagear utentes e trabalhadores

Numa altura que assinala 25 anos de existência, a Fundação Betânia presta, atualmente, cuidados a cerca de 120 utentes, através das respostas sociais de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

O dia do Patrono, solenidade de S. José, é também o aniversário da Fundação Betânia, que este ano assinalou 25 anos ao serviço da família, essencialmente, da comunidade mais idosa e vulnerável.

Com 70 utentes na ERPI, 13 em Centro de Dia e 25 utentes em SAD, a Fundação Betânia tem na sua génese a ideia basilar de família que acolhe, ampara, cuida, acarinha e incentiva, promovendo um envelhecimento saudável, rodeando os seus utentes dos afetos necessários para que se sintam como na sua verdadeira casa.

Estes objetivos só se conseguem com o envolvimento de toda a equipa e em todas as áreas, desde os cuidados de higiene e limpeza à alimentação, dos cuidados de saúde à animação



artística e cultural. Cada utente, assim como cada colaborador, importa e pode fazer a diferença. Por reconhecer e valorizar este princípio, a Direção da instituição homenageia, anualmente, utentes e colaboradores que perfazem

15 anos na instituição. Por causa da pandemia, nos últimos dois anos não foi feita esta homenagem, pelo que todos os que completaram 15, 16 e 17 anos de ligação à Fundação Betânia foram homenageados este ano.

FAPPC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Relatório de Atividades e Contas 2021 aprovados por unanimidade

Em Conselho Geral Ordinário, realizado no dia 26 de março, no Centro Dr. José Azeredo Perdigão, em Lisboa, e também em formato digital, os associados da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) apreciaram, e aprovaram por unanimidade o Relatório de Atividades e as Contas de 2021.

Na apresentação do Relatório de Atividades,

Luís Isidorinho, vice-presidente da FAPPC, destacou a “quantidade e qualidade do trabalho desenvolvido, mesmo em ano de pandemia e de muitos condicionalismos”, apontando a necessidade de se “manterem as atividades já promovidas e, se possível, incrementar ainda mais”.

Sobre as Contas, foi Rui Coimbra, presidente da Direção, a tecer algumas considerações.

Nesse mesmo dia, realizou-se de manhã

uma reunião entre órgãos sociais da FAPPC e os presidentes das associadas. Em cima da mesa estiveram temas como as comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, a colaboração com eventuais solicitações decorrentes da situação na Ucrânia, o desporto para pessoas com paralisia cerebral e a apresentação do Relatório do Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, V. N. FAMALICÃO

Mostra desportiva para assinalar Dia Internacional do Desporto ao serviço da paz

No próximo dia 12 de abril, entre as 10h00 e as 18h00, decorrerá uma mostra desportiva, no recinto do Edifício das Lameiras, a fim de assinalar o Dia Internacional do Desporto ao Serviço do Desenvolvimento e da Paz.

O evento promovido pela Associação de Moradores das Lameiras (AML) tem, desde já, confirmada a presença de várias associações

desportivas do concelho, que ao longo do dia vão proporcionar a prática de várias atividades à comunidade.

O importante papel que o desporto desempenha na vida das pessoas, uma vez que independentemente da idade, do género ou da etnia é apreciado por todos e o seu alcance é inigualável, promovendo a inclusão foi a razão

que levou a AML a celebrar o dia. Nesse sentido, a instituição convida todos os famalicenses a fazerem uma visita às Lameiras e a praticar uma atividade desportiva, com o intuito não só de melhorar o seu bem-estar físico e mental, mas também de sensibilizar para o respeito e diálogo como forma de consolidar uma paz duradoura.

URIPSSA – UNIÃO DAS IPSS DOS AÇORES

União chega a acordo com sindicato para um aumento salarial de 2,75%

A URIPSSA chegou a acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) para a revisão da convenção coletiva de trabalho, incluindo um aumento de 2,75% dos salários.

No que respeita às matérias remuneratórias o novo acordo prevê um aumento na ordem dos 2,75% da massa salarial da tabela remuneratória dos trabalhadores das IPSS e ainda um aumento

de 17 cêntimos do subsídio de refeição, com efeitos retroativos a 1 de janeiro.

Resulta também do novo acordo que praticamente todas as carreiras que eram unicategoriais vão passar a pluricategoriais e ainda que serão criadas as carreiras de Ajudante de Educação, Especialista Principal e de Técnico de Informática.

Entretanto, no dia 24 de março, a Cáritas da Ilha Terceira acolheu a Assembleia Geral da

URIPSS Açores que tinha como ordem de trabalhos a apreciação e votação das Contas e do Relatório de Atividades de 2021, ambos aprovados por unanimidade.

Decorrendo em formato presencial e online, a Assembleia discutiu alguns assuntos de interesse das instituições associadas, em especial para que a URIPSSA leve junto do Governo regional matérias “de maior interesse” para as associadas.

PORTUGAL MOBILIZA-SE PARA AJUDAR POPULAÇÃO EM FUGA DA UCRÂNIA

Iryna e Oleksandra fugiram de Kiev e agora moram tranquilas em Baião

Quando, no final de fevereiro, tropas russas invadiram a Ucrânia gerou-se uma onda de refugiados, essencialmente, de mulheres, crianças e velhos, a que, mais uma vez, os portugueses não ficaram indiferentes. Sob a égide do Alto Comissariado para as Migrações, no terreno autarquias, IPSS, associações e coletividades diversas e muitos particulares mobilizaram-se e têm contribuído como e com o que podem para ajudar estas pessoas a quem a guerra entrou pela casa adentro sem pedir licença. Baião, um dos primeiros municípios a aderir à operação montada pelo Estado Português, já acolhe 13 refugiados (sete mulheres e cinco crianças) e o SOLIDARIEDADE foi conhecer a história de duas mulheres, que ali encontraram a tranquilidade que lhes permite dormir.

Iryna, 42 anos, e Oleksandra, 36, são ucranianas, irmãs e, agora, refugiadas de guerra. Moradoras nos arredores de Kiev, junto a uma floresta, as irmãs decidiram abandonar as suas casas e fugir quando a primeira bomba lhes caiu perto de casa.

“Decidimos sair quando uma noite ouvimos uma explosão muito perto de nós, uma explosão que aconteceu a cerca de 800 metros das nossas casas. De manhã, a minha irmã veio ter comigo, conversámos e decidimos sair dali e ir para casa de uns familiares em Mukachevo”, começa por contar Iryna.

Foi de automóvel que as irmãs deixaram Kiev, levando consigo Mira, de 14 anos, filha da irmã mais velha, e Mark, de oito, e Nikita, de três, filhos da mais nova.

Deixaram as chaves dos seus apartamentos à mãe, que não quis deixar a sua casa, e seguiram para Mukachevo, onde ficaram 10 dias.

“Porém, não estávamos bem. Não havia grandes condições na casa desses familiares onde estávamos e, ao mesmo tempo, estávamos a perder a nossa saúde mental”, lembra Iryna, ao que a irmã Oleksandra acrescenta: “Todos os dias tínhamos a mala feita, pronta para se tivéssemos que fugir”.

Enquanto o SOLIDARIEDADE conversa com as irmãs, as duas crianças mais novas brincam... Aliás, há muitos brinquedos no chão da sala de estar onde decorre a conversa. Entretanto, chega Mira, uma jovem adolescente de ar tímido e olhar meigo, mas vago, e senta-se no sofá assistindo à entrevista.

“Deixámos tudo. Nunca pensámos em emigrar e agora estamos aqui”, lamenta Iryna, contando que durante a viagem, de quase 4.000 quilómetros, sempre no próprio automóvel, até chegarem a Portugal repousaram na Alemanha, em França e em Espanha.

A vinda para Portugal aconteceu pela intermediação de uma empresa portuguesa que foi à fronteira com a Polónia com o propósito de trazer refugiados. Inicialmente, as irmãs e os três filhos foram para Oliveira de Azeméis, onde está sediada a referida empresa, mas aí foi-lhes sugerida a estadia em Baião, onde chegaram em meados do mês



de março e vivem num apartamento propriedade da Autarquia.

“Aqui é perfeito, toda a gente é muito simpática”, afirma, de sorriso no rosto, Iryna, ao que Oleksandra acrescenta, como quem suspira de alívio: “Aqui, já conseguimos dormir”.

“Quando viemos não tínhamos planos nenhuns, mas aqui não estamos sozinhas, porque temos muito apoio”, afirma Iryna, insistindo na amabilidade demonstrada por toda a gente em Baião, em especial a da colaborado da autarquia que serve de elemento de ligação: “Temos muito apoio, tanto da Câmara Municipal, como dos vizinhos, que são muito atenciosos. Estão sempre a trazer coisas e muitos brinquedos para as crianças. Depois, a Ilda [Borges] tem sido como uma mãe para nós. Estamos muito agradecidas a todos”.

Nas palavras, mas também no olhar é evidente a gratidão para quem as acolhe e procura que nada lhes falte.

No entanto, para trás ambas deixaram os pais, mas Oleksandra também o marido, que trabalha

no metro de Kiev, sendo um trabalhador essencial na cidade, e ainda o emprego de coach manager na área bancária. Por seu turno, Iryna mantém o seu emprego na empresa de equipamentos de vigilância, para a qual trabalha remotamente todas as manhãs de segunda a sexta-feira.

E porque a operação de acolhimento em Portugal incorpora também a vertente do emprego, as irmãs já têm um trabalho a tempo parcial numa unidade hoteleira de Baião, aos fins-de-semana, que vão alternando.

Com isto as irmãs afastam os fantasmas da guerra, mas o contacto diário com os familiares e amigos na Ucrânia mantêm-nas em constante preocupação e sobressalto.

Do que foram sabendo, contam que uns amigos que estavam em Chernihiv não podiam sair de casa e não tinham comida, nem água.

“Estão fechados em casa para não serem mortos pelos russos e não podem fugir porque de um lado têm os russos e do outro o rio e a ponte para o atravessar está destruída”, acentua Iryna.

Já Oleksandra relata a história de uma amiga que fugiu a pé com as duas filhas gêmeas de nove anos de Irpin, onde “estiveram três semanas sem nada, sem luz, sem aquecimento. Agora, as três moram no apartamento de Oleksandra, “onde tem uma situação melhor do que a que viveram em Irpin”.

Sem grandes planos para o futuro, quanto a um eventual regresso, Iryna é cautelosa.

“Se a guerra acabasse hoje, o mais certo era não regressar já amanhã. Tenho receio que a situação ainda não seja segura. Moramos junto a uma floresta e pode ser muito perigoso se houver por lá bombas ou minas”, sustenta, deixando um desabafo: “Ao mesmo tempo sentimos alguma culpa por não estarmos lá para ajudar. Ainda assim, fazemos o que podemos e enviamos dinheiro para os voluntários. Afinal, na Ucrânia ou fora dela toda a gente ajuda como pode”.

E foi neste espírito de solidariedade que os portugueses, uma vez mais, abriram os braços e se dispuseram a ajudar.

Um pouco por todo o país, os portugueses mobilizaram-se e, na esmagadora maioria sob a égide de entidades públicas, disponibilizaram alojamento, bens essenciais e vagas de emprego.

Com o acolhimento a cargo do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e o emprego do IEFPP, numa escala mais micro têm sido as Autarquias a articular no terreno todo o processo.

Baião foi um dos primeiros municípios a demonstrar disponibilidade para acolher e apoiar refugiados ucranianos que estivessem dispostos a ir para o concelho.

“Não sei se fomos dos primeiros, mas desde cedo sentimos essa preocupação. Começámos a ver as fronteiras cheias de pessoas que procuravam espaços e uma forma de saírem da Ucrânia e vimos que havia necessidade de alojar toda aquela gente”, afirma Filipe Fonseca, vice-presidente da Câmara Municipal de Baião, com o pelouro dos Assuntos Sociais.

Logo no dia 28 de fevereiro, a Autarquia fez chegar a diversos ministérios e secretarias de Estado a disponibilidade em ceder alguns dos alojamentos do município para albergar alguns desses refugiados que viessem para Portugal

“Na sequência desse primeiro contacto com o Governo, foi-nos informado que o acompanhamento da situação estava a ser feito pelo Alto Comissariado para as Migrações. Também informámos a embaixada da Ucrânia em Portugal, dando-lhe conta da nossa disponibilidade e, a partir daí, foi preparar os alojamentos e proporcionar a quem viesse algum conforto à chegada”, revela o autarca.

Assim, a primeira disponibilidade comunicada a quem de direito foi a de dois apartamentos T3, propriedade da autarquia, no centro da vila, e que, apesar de nunca utilizados, estavam ao serviço no âmbito da Covid-19. E ainda dois albergues, duas antigas escolas primárias que foram reconvertidas, um T4 e um T3.

“De seguida, encetámos contactos com as IPSS do concelho, para saber se havia disponibilidade da parte delas e aí conseguimos mais um reforço na quantidade de alojamentos. Como também com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marinha do Zêzere, onde, aliás, já estão cinco pessoas instaladas”, conta Filipe Fonseca, que recorda: “A informação começou a circular e isso levou a que também alguns particulares se associassem a esta operação. Os



privados cedem-nos as instalações para que as analisemos, pois é necessário ter alguns cuidados e saber se o espaço tem condições. Para tal, elaborámos contratos de comodato com os proprietários, para os poder utilizar caso sejam necessários”.

Entre a Autarquia, os particulares, os Bombeiros de Santa Marinha do Zêzere e as duas IPSS aderentes (OBER e Cecajuvi), o concelho tem, para já, uma capacidade instalada para 100 pessoas, tendo já recebido 13 ucranianos, na totalidade mulheres e crianças.

Para além de Iryna e Oleksandra, já estavam em Baião mais três senhoras, de 66, 60 e 43 anos, tendo chegado, no último dia de março, mais três mulheres, uma delas de 30 anos com os dois filhos, de seis e dois anos.

Estas três mulheres e duas crianças foram alojadas nos Bombeiros de Santa Marinha do Zêzere, que, dentro do que podiam, disponibilizaram uma camarata de cinco camas, o bar, que tentaram transformar numa cozinha e ainda mais alguns espaços no quartel.

“Isto é uma casa que tem por princípio básico a solidariedade. Quando começámos a ver a vaga de refugiados e a ver toda a gente a disponibilizar-se para ajudar, pensámos no que poderíamos também fazer. Então, decidimos reorganizar as nossas camaratas e abdicarmos de algumas salas e do bar, que não é uma cozinha, mas tem fogão, frigorífico e agora comprámos um forno”, revela Leandro Amorim, vice-presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marinha do Zêzere

Quiseram preparar o espaço para caso quisessem cozinhar, o poderem fazer. No entanto, para já, a Câmara assumiu o compromisso de pagar o almoço e o jantar, que a corporação vai buscar para elas comerem no quartel.

E o esforço dos bombeiros para que o acolhimento seja o melhor possível, na corporação já se assumiu “evitar ao máximo utilizar a sirene, para não perturbar as senhoras”, afirma Cátia Rocha, a única operacional feminina na corporação e que faz a ligação com as refugiadas.

Quando o SOLIDARIEDADE esteve em Baião, estas refugiadas estavam no quartel apenas há cinco dias. Mostravam-se ainda bastante reservadas e retraídas, pelo que nem as vimos.

Para além desta «barreira social», digamos, uma outra dificuldade também uma mais rápida integração: a barreira linguística.

No grupo ninguém fala inglês, o que leva Leandro Amorim a deduzir que serão pessoas do “meio rural” e justifica: “Hoje em dia, principalmente, os jovens falam ou arranham o inglês, mas elas não percebem nada a não ser ucraniano. E, normalmente, as pessoas de Leste têm muita instrução”.

A solução encontrada, para além da linguagem

universal que é o gesto, foi a criação de um grupo no Whatsapp com tradutor e assim estabelecer a comunicação. Benditas tecnologias!

Para evitar problemas de comunicação, adaptação e integração destas pessoas nas nossas comunidades, para além da integração dos mais novos nas escolas e infantários, as entidades estão a promover o ensino do Português para os adultos.

“Fruto da boa-vontade das pessoas, já temos uma senhora que se disponibilizou para ensinar Português aos adultos. Em princípio já há um espaço no nosso Campus Social para decorrerem as aulas e estamos, agora, a procurar os melhores horários”, revela Filipe Fonseca, que lamenta o facto de não haver ucranianos no concelho que pudessem ajudar na tradução.

“Recorremos a algum voluntariado e conseguimos uma tradutora na sequência de um contacto com o município de Gondomar. Mais uma situação em que uma jovem se voluntariou para colaborar e sentimos que a presença dela é muito importante”, acrescenta o autarca, que recorda “a vantagem de algumas das primeiras oito pessoas dominarem o inglês, o que facilitou a integração”.

Sem prazo para o fim da guerra, nem para o tempo que estas pessoas por cá ficarão, a operação de acolhimento prevê igualmente uma vertente de empregabilidade, no sentido destas pessoas se autonomizarem enquanto estiverem em Portugal.

“Em termos de emprego, contactámos o Centro de Emprego e também temos o nosso Gabinete de Inserção e Emprego (GIE), que desde início está a acompanhar esta situação. Criámos uma bolsa de emprego, simplesmente com as ofertas já comunicadas ao nosso GIE, contactámos as empresas que manifestaram essas disponibilidades, tendo algumas respondido afirmativamente à possibilidade de receberem refugiadas. E estamos a falar de vagas que já existiam, não foram criadas para responder a esta situação”, sublinha Filipe Fonseca, que acrescenta: “Estas ofertas de emprego, tendo em conta o público alvo, ou seja, mulheres, são em grande parte direcionadas para a restauração, hotelaria e alguns trabalhos doméstico. São cerca de 50% das ofertas, mas também há vagas nas áreas da construção civil, das engenharias e da enologia”.

Por outro lado, está também em marcha o processo de integração das crianças nas escolas, mas ainda está condicionado ao ok da Saúde.

“As crianças já fizeram uma primeira abordagem aos espaços, mas ainda não estão a frequentar o ensino. Há ainda situações que têm de ser acauteladas antes da integração na comunidade escolar, pelo que aguardamos a luz verde da Saúde para que as crianças possam começar a frequentar o ensino”, explica o autarca.

A este enorme movimento de solidariedade, a comunidade baionense está a dar sinais de que está disposta a ajudar.

“A própria Associação Empresarial de Baião (AEB) e o Centro de Saúde local têm feito um esforço enorme, desde a primeira hora, na recolha de alimentos e roupas, entre outras coisas. Desde o início essas recolhas são reunidas nos Bombeiros Voluntários de Baião, que ali são devidamente acondicionadas para depois serem enviadas para a Ucrânia”, conta Filipe Fonseca, que reforça o elogio à comunidade de Baião que não hesitou em ajudar estas pessoas que fogem da guerra.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DA GUARDA

Fim da Secretaria de Estado da Ação Social é preocupante

O presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) da Guarda considerou que o fim da Secretaria de Estado da Ação Social, que funcionou naquela cidade, é “preocupante” para o setor.

O presidente da UDIPSS da Guarda, Rui Reis, considerou “preocupante” o fim da Secretaria de Estado da Ação Social e a sua saída da cidade mais alta do país, alegando que o ato “não foi nada benéfico” para a Guarda, porque o território tinha sido “dotado de uma Secretaria de Estado” e “com tudo aquilo que foi criado”.

“Depois, acaba por perder o interior, porque a Secretaria de Estado da Ação Social, apesar da sua invulgar apetência para poder fazer um trabalho descentralizado e estar no país todo, indubitavelmente, os distritos do interior, como sejam Bragança, Guarda, Castelo Branco e Portalegre, acabam por perder o valor intrínseco que foi atribuído pela tutela e

pelo anterior Governo ao interior e aos territórios de baixa densidade”, acrescentou.

A Secretaria de Estado da Ação Social, criada pelo anterior Governo, esteve instalada na Guarda e tinha Rita Cunha Mendes, licenciada em Direito e ex-vice-presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, no distrito da Guarda, como secretária de Estado.

De acordo com a página do Governo, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social passou a ter três Secretarias de Estado: do Trabalho, da Segurança Social e da Inclusão.

Fonte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse à Lusa que a Ação Social é assumida pelo gabinete da ministra Ana Mendes Godinho.

O presidente da UDIPSS da Guarda considerou que com a decisão tomada, no âmbito do novo Governo de António Costa, o setor social acaba “por perder um relacionamento direto e de grande proximidade” que foi criado “nos últimos três anos, em particular ao longo

da pandemia”, com “uma secretária de Estado que tudo fez para procurar que as dificuldades fossem diminuídas e para que no terreno fossem colmatadas algumas necessidades e algumas falhas”.

Em outubro de 2019, Rui Reis reconheceu que a instalação da Secretaria de Estado da Ação Social na Guarda era “muito importante para o distrito e para as instituições”, mas, com a decisão agora tomada, não pode agora assinalar a mesma como sendo “algo positivo” para as instituições sociais da região e do país.

A medida “foi uma perda assinalável” também por “todo o desempenho” que a ex-secretária de Estado Rita da Cunha Mendes “teve para com as instituições da Guarda e para com a globalidade das instituições do país”.

Por outro lado, sublinhou que sendo a área da ação social concentrada em Lisboa, uma vez que é no interior “que existem mais dificuldades”, todos perdem, incluindo os “milhares de instituições” existentes a nível nacional.



SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE SAÚDE



INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

F3M Information Systems, S.A., contacto@f3m.pt | www.f3m.pt
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE



innovatiOntrail
F3M·feel the difference

10h00
Sistemas de Informação em Saúde
10h15
Tecnologia e Segurança de Informação em Saúde
10h45
O RGPD na área da Saúde
11h30
Sistemas de Informação na Monitorização de Feridas
11h45
Tecnologia Mobile para Monitorização de Feridas -
Ecossistema MpDS
15h00
Desmaterialização e Inovação no Setor Social
15h15
O Futuro e a Segurança da Informação das Soluções
Tecnológicas no Setor Social
15h45
O RGPD no Setor Social

eventos
gratuitos
em
+ de 20
cidades



INSCREVA-SE EM
www.f3m.pt



INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA

PADRE LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Eu não sou o dono disto tudo... talvez seja hora de se pensar em mudanças

O padre Lino Maia é presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade desde 2006. Já é o líder que mais tempo leva à frente da CNIS.

O pároco de Aldoar, Porto, tem tido um papel relevante no relacionamento do sector social com o poder político, seja ele qual for, sobretudo pela capacidade de enaltecer e dignificar junto do Estado a importância do Sector Social Solidário. Tem conseguido grandes conquistas, liderando, de forma quase impercetível, esse grupo da Economia Social nas negociações com os diferentes governos. Foi o caso recente da revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade, travessa da solidariedade organizada em Portugal. Lino Maia, apesar do difícil contexto político, económico e social, não tem dúvidas que o executivo, que deve liderar o país nos próximos quatro anos, vai cumprir a promessa que está escrita nesse Pacto concebido há 25 anos e revisto agora.

JORNAL SOLIDARIEDADE – Está emposado o governo. Na área social há uma alteração que o surpreendeu pela negativa: o fim da Secretaria de Estado da Ação Social.

PADRE LINO MAIA – De algum modo estava a prever que a secretaria de Estado a continuar a existir mudasse de lugar e viesse para junto do Ministério, deixando de estar deslocada na Guarda. O que pensava é que não iria ser dissolvida. Foi uma decisão do primeiro-ministro para diminuir o número de secretarias de Estado e aquilo que estava a ser desenvolvido pela secretaria de Estado passa a ser assumido pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Direi que não há alterações significativas. A ministra está por dentro do sector, foram dois anos e tal, difíceis por causa da pandemia, mas ela está dentro dos assuntos. Estou confiante.

Sempre defendeu a criação do Ministério dos Assuntos Sociais...

Ainda não foi desta. Penso que o primeiro-ministro procurou organizar um governo ágil e, como nestes próximos tempos a Saúde ainda vai obrigar a uma atenção muito forte, ele quis manter esse ministério autónomo. A situação que estamos a viver, agora com a guerra na Ucrânia, vai obrigar o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a ser bastante interventivo. Foi uma opção. No entanto, continuo a defender que seria bom termos um Ministério dos Assuntos Sociais que englobasse as várias áreas, articulando melhor entre si os diversos ministérios.

Têm sido anos difíceis por causa da pandemia e agora a guerra. As instituições ainda têm capacidade para responder às novas dificuldades das pessoas?

O que tem que ser feito é cumprir o que está no Pacto de Cooperação para a Solidariedade. O Estado tem de participar as instituições significativamente, mais do que faz agora. É intenção



deste governo reconhecer e valorizar os trabalhadores deste sector. Há, neste momento necessidades maiores, como o aumento dos custos de combustíveis, que afetam grandemente as instituições. Fiz uma sondagem e o panorama é mau. Só para dar um exemplo: há uma IPSS em Mogadouro em que diariamente, só para o SAD, percorre 910 quilómetros. Imaginem o que significa isto no aumento dos custos. Nós vamos pugnar para que haja um apoio significativo às instituições por causa destes aumentos dos combustíveis e energia. Na alimentação também há aumento significativo de custos por causa dos transportes e da escassez de bens. É necessário ter isto em atenção o quanto antes. Não acredito que haja uma adenda muito antes do mês de julho. Houve já uma pequena atualização em janeiro, mas foi pelo facto de não haver Orçamento de Estado. Julgo que na adenda a atualização terá que ser considerável até para que se comece a pôr em prática o Pacto de Cooperação. Para além disso, nós precisamos de apoios extraordinários por causa da situação em que a pandemia e agora a guerra nos colocam.

O governo avançou com compensações às famílias e consumidores por causa dos recentes aumentos de preços de energia e combustíveis. Acha que devia fazer o mesmo com as instituições?

Essas ajudas são simbólicas. 60 euros, uma vez só vez, não representa nada. E não ajuda as instituições que têm um aumento de custos brutal. Há um aumento ordinário que tem de acontecer, repito, tendo em atenção o Pacto de Cooperação, e tem de haver apoios extraordinários nestas conjunturas. Espero que a paz que todos desejamos venham a normalizar os preços, mas até lá precisamos de ajuda.

Para já as instituições estão, outra vez, na linha da frente do acolhimento aos refugiados ucranianos. Qual é o ponto de situação?

Tem havida uma grande disponibilidade. A

CNIS fez um apelo junto das instituições, as autarquias fizeram o mesmo, coordenando algumas iniciativas, a própria Segurança Social tem feito alguns contactos. Do apelo que a CNIS fez houve uma adesão muito grande com apoios muito diversificados. Desde o acolhimento de pessoas, com emprego e residência, à coordenação de serviços com vista à integração dos ucranianos nas várias comunidades. Há instituições a liderar o processo de ensino do português. Há quatro grandes manifestações de apoio: emprego com qualidade, tendo em conta o perfil dos refugiados, alojamento, integração nas comunidades e com outros serviços e o ensino do português.

Houve uma reação imediata da sociedade. Há alguma coordenação geral? Estão previstos apoios para as IPSS?

As IPSS disseram logo que sim sem quaisquer garantias. Segundo o último levantamento que fiz, 11 distritos estavam a acolher refugiados. Os ucranianos estão a vir muito mais para o litoral. O Alto Comissariado para os Refugiados está a coordenar, o SEF e o IEFP estão no processo, mas nota-se algum voluntarismo, compreensível, que nos obriga a redobrada atenção. O que está previsto é que haverá apoio aos refugiados. O que se está a pedir às IPSS é que empreguem, acolham, ajudem. É o que se está a fazer. É certo que estivemos sem governo. Nos próximos dias vamos, seguramente, conseguir estabelecer formas de apoio para as instituições tendo em consideração mais esta disponibilidade.

Deixou de se falar de pandemia, mas ela continua a existir.

Sem aquela expressão que teve há um ano, mas continuam a aparecer casos de infeções, com menor gravidade, há a gripe fora de tempo, agora a guerra, foi o período da troika... as instituições nunca tiveram um momento de descanso. As IPSS estão habituadas a enfrentar estas situações, são uma boa resposta, mas vivem com

muitas dificuldades.

Tem defendido um imposto social e uma reconfiguração fiscal para este sector. Em que consiste?

Não se trata de criar mais nenhum imposto. Falamos na consignação de um imposto à proteção social. As necessidades aumentam por causa designadamente do aumento da esperança de vida sem qualidade. Não é expectável que haja aumento de produção da riqueza por via do aumento da percentagem da população ativa. Temos que olhar para esta realidade. É aqui que entra a pertinência da consignação de um imposto. Eu acredito que no próximo ano possa ser contemplado. Assim como a receita dos jogos sociais da Santa Casa que deveria servir de forma mais consistente para ajudar a ação social. E junto aqui a revisão do regime fiscal das instituições. Ora, isto tem implicações no Orçamento de Estado. Foram questões abordadas com o primeiro-ministro, com quem temos insistido, e já havia consenso entre os vários partidos de que era importante a revisão do regime fiscal. O primeiro-ministro não se comprometeu oficialmente, mas percebi que ele quer que esta questão seja encarada de frente no orçamento de 2023. Quando falo na revisão do regime fiscal estou a pensar na questão do IVA, por exemplo. As instituições tal como as autarquias prestam serviço público. Serem equiparadas às autarquias é justo e lógico. Significaria uma diminuição de custos considerável.

25 anos depois o Pacto de Cooperação para a Solidariedade foi revisto. Ficou escrito o compromisso da partilha dos custos das valências. Com uma maioria absoluta é mais fácil cumprir o que está assumido pelo Estado?

Acredito que sim. Este governo não precisa de fazer tantos jogos de cintura. É de um partido só e foi o líder desse partido, que era e é o atual primeiro-ministro, que mostrou grande compreensão e vontade de assinar a revisão do Pacto e de consagrar uma comparticipação equitativa por parte do Estado a este sector. Disse-o ainda antes da assinatura, antes das eleições e vai mantê-lo agora. Não tenho nenhuma razão para não acreditar. Se há uns anos estas instituições eram vistas como “de caridade” agora são pilares do Estado Social e agentes insubstituíveis da proteção social. Já não vejo em nenhum partido qualquer reserva em relação a este sector. Na tomada de posse o primeiro-ministro Antónia Costa falava da Solidariedade Social e do Sector Social e Solidário como um instrumento fundamental na resiliência, recuperação e construção de uma sociedade mais igual e mais justa.

Quando e como é que se vai aplicar o Pacto?

Quando se fala de uma contribuição equitativa por parte do Estado, os tais 50 por cento, devo ressaltar duas situações. Há valências em que tem que ser muito superior, como é o caso das instituições de apoio a pessoas com deficiência, ou o caso dos Lares de Infância e Juventude, em que não há possibilidade de outras comparticipações e a ajuda tem que ser feita na íntegra. Há outra situação que tem que ver com o facto de a situação não ser igual em todas as valências. Há algumas em que a comparticipação do Estado anda na ordem dos 25 por cento, Centros de Dia e ATL's por exemplo, e outras em que andar





35 por cento, como é o caso das ERPI. Portanto, a atualização não será igual em todas as valências. Convém ainda esclarecer que a atualização para os 50 por cento não será feita de uma só vez. Não é possível. A comparticipação neste momento andará pelos 36 por cento em relação aos custos que se verificam presentemente. Se apostarmos na qualificação e na qualidade, sobretudo nas valências que lidam com idosos, na valorização dos trabalhadores com melhores salários, prevejo que estes 50 por cento são a meta de uma legislatura. Nós vínhamos de uma tendência de diminuição da comparticipação do Estado ao sector social solidário. Nota-se que desde 2019, muito ligeiramente, estancou-se essa tendência. Foi o efeito de duas medidas adotadas no Compromisso de Cooperação: a atualização de 3,5 por cento, um pouco acima do aumento da inflação e aumento do salário mínimo, e a questão da consideração das frequências totais que, desde que não desçam significativamente, mantêm a comparticipação na íntegra. Em 2020 a atualização foi de 3,5 por cento e de mais 2 por cento para valências de idosos e deficiência; em 2021 foi de 3,6 por cento com reforço para valências mais deficitárias. A tendência inverteu-se. Foi resultado de negociação em que intervieram as quatro organizações mais importantes do sector com liderança da CNIS e União de Misericórdias. É um caminho que tem que ser aprofundado. Acredito mesmo que este governo vai ter isso em atenção.

Sempre defendeu a valorização dos trabalhadores deste sector. É um objetivo para os próximos tempos?

Tem que ser. Eu costumo dizer que nós estamos a obrigar os trabalhadores das IPSS a praticar a caridade e somos injustos. A questão é que não se pode, não se consegue, pagar melhor nas circunstâncias em que estamos. Os trabalhadores não são problema são solução para as instituições e têm que ser valorizados e reconhecidos. Neste momento, quando há um aumento do salário mínimo são logo cerca de 55 por cento de todos os trabalhadores que são abrangidos. A massa salarial tem um impacto enorme nos custos, na ordem dos 60 a 70 por cento. Há 20 anos o salário mínimo correspondia a um terço do salário máximo; hoje está nos dois terços. O salário máximo médio de gente com qualificações superiores, com muito tempo no sector, pouco aumentou na última década e anda na ordem dos 1.200 euros. Agora o salário mínimo está acima dos 700 euros. Houve um achatamento. Nós temos, por uma questão de justiça e reconhecimento, que rever tudo isto para valorizar todos os trabalhadores.

Quanto aos dirigentes, considera que o modelo da disponibilidade voluntária continua a ter futuro?

Eu espero que prevaleça. O facto de os dirigentes na sua quase totalidade serem voluntários, pessoas das comunidades, muitos deles que terminaram carreiras profissionais, aposentados, válidos e dedicados a causas, é muito importante. Uma das grandes virtudes das nossas instituições, até por comparação com outros países, está nos dirigentes voluntários que fazem da sua disponibilidade uma razão para viver com qualidade. Os diretores técnicos são profissionais, vamos tendo gestores nas IPSS, mas a alma, para mim, é bom que sejam os dirigentes voluntários.

Em que passo está o relacionamento com as autarquias? Na descentralização de competências algumas têm recusado aceitar a Ação Social.

O processo da descentralização não está a ser bem conduzido. Muitas autarquias consideram-no um presente envenenado porque representam um aumento da despesa. Quando falamos nesta área social estamos a falar de quatro competências: proteção social, o CLDS, SAS e acompanhamento do RSI. As instituições têm vindo a prestar estes serviços. Recrutaram trabalhadores, montaram as operações. De repente, passaram estas competências para as autarquias traz problemas às IPSS que, na desativação desses serviços, terão muitos custos. As quatro organizações do sector social foram insistindo, até através de uma carta que enviaram a todos os autarcas, para que aquelas autarquias que assumissem essas delegações de competências celebrassem acordos para que as situações existentes se mantivessem. Julgo que ainda vai haver alguma revisão nesta matéria. Há necessidade de uma articulação maior entre autarquias e instituições de solidariedade. São ambas realidades de proximidade com um ideal comum que é o serviço das populações. Todos os autarcas reconhecem a importância das IPSS, mas precisamos de uma forma de articular melhor, talvez a celebração de um protocolo. Já há diálogo com a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias.

Como estão as relações entre a CNIS e a Igreja de que faz parte?

Noto que alguns sectores da Igreja, talvez pela diminuição de agentes da pastoral e pelos custos que estas instituições representam, estão com vontade de desincentivar uma tão forte presença da Igreja no social. Por ser padre e estar envolvido na CNIS permito-me dizer que uma parte da boa imagem da Igreja em Portugal é por estar tão empenhada como está no social. Há um tripé que é muito importante: a ação litúrgica, a ação evangelizadora e a ação sócio caritativa. Se a Igreja abandonar o social por um lado perde visibilidade e por outro perde algo que é, para ela, fundamental. O homem é o caminho da Igreja. Não se pode esquecer os mais carenciados, os idosos, as pessoas com deficiência. Vou insistindo que não é obrigatório que os 1099 centros sociais paroquiais, um dos grupos da presença da Igreja, tenham o mesmo figurino jurídico. Podem ter natureza associativa em vez de fundacional e não terem que ser necessariamente dirigidos por padres. Nesses casos os padres não têm que se desligar dos utentes, que têm sempre que acompanhar, e devem manter-se como garantia de fidelidade dos centros sociais paroquiais à doutrina social da Igreja e matriz cristã. No país não há ainda muitos exemplos, mas já temos alguns em que os leigos dirigem os centros sociais paroquiais.

Tem, portanto, muito trabalho em mãos para os próximos tempos...

Eu não sou o dono disto tudo... Eu sou apenas um dirigente entre os dirigentes. Gosto muito deste sector, mas com a responsabilidade que tenho isto não se pode prolongar por muito mais tempo. Talvez seja a hora de pensar-se em mudanças.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Sobre a portaria que regulamenta os investimentos na rede de cuidados continuados

Há muito que venho chamando a atenção para a forma como as necessidades específicas da população mais idosa no nosso País não têm sido bem resolvidas. O maior problema resulta do facto das respostas que os setores da saúde e da segurança social vêm desenvolvendo revelarem claras dificuldades de articulação entre si. O idoso é “cliente” do sistema de saúde e o idoso é “cliente” do sistema de segurança social, com abordagens separadas e distintas. Alguns episódios vividos durante a crise provocada pela pandemia foram bem ilustrativos dessa débil articulação.

Tenho insistido que desta visão parcelar dos problemas do idoso é forçoso que se passe para uma outra conceção em que o idoso passe a ser o “centro” de atuação dos dois sistemas, o que significa proceder a uma reforma simultânea dos dois setores - saúde e segurança social - até aqui excessivamente departamentalizados em sistemas verticais, que terão de passar a exibir sinais de organização mais horizontal, que permita dar uma resposta integrada e global aos crescentes problemas que resultam do envelhecimento da população.

Sabemos que o aumento de doenças de evolução prolongada e com elevado grau incapacitante vai traduzir-se em mais necessidades de cuidados continuados. Esse esforço exige uma maior articulação entre os dois setores para garantir uma maior eficácia na prestação deste tipo de serviço. Mas a verdade é que estamos muito longe de encetar essa caminhada. Prova disso foi a publicação em 30 de março da Portaria 134-A/2022, que aprova o regulamento de atribuição de apoios financeiros para a concretização de investimentos na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência. Em primeiro lugar, estranhei que um diploma legal que pretende envolver Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade não seja assinado pela Ministra da Solidariedade e apenas pelo Ministro das Finanças e pela Ministra da Saúde. É um mau sinal. Mais uma vez prevalece a visão exclusiva de um setor. Em segundo lugar, tal como o regulamento está escrito muito dificilmente as instituições sociais poderão aderir às iniciativas, tal como são propostas. Está provado que investimentos de módulos abaixo de 40 camas são ruinosos. O mínimo para rentabilizar este tipo de equipamentos exige um investimento de mínimo de 4 milhões de euros e o Estado através desta Portaria propõe-se financiar apenas 30% do investimento.

Em terceiro lugar, há neste processo uma inaceitável ausência de diálogo e que revela uma grande contradição entre as posições publicamente assumidas pelo Primeiro-Ministro, ainda muito recentemente por ocasião da assinatura do Pacto de Cooperação e, por várias vezes, pelo Presidente da República. Uma posição

de boa-fé levaria a que, antes da publicação da referida portaria, fossem ouvidos os destinatários deste regulamento, sob pena de a sua publicação se revelar uma inutilidade, que é o que provavelmente irá acontecer.

A reforma conjunta da saúde e do setor social é justificada também por outras razões. Assim, perante um quadro que irá ter um impacto crescente na despesa, o incremento da cooperação entre os dois setores obriga a repensar e a conceber de forma conjunta novos modelos de captação de fundos, de afetação de recursos, de organização e gestão da prestação de cuidados.

Outra justificação para que essa reforma aconteça tem a ver com o aumento de doenças relacionadas com a demência que vai colocar o problema de retardar a institucionalização das pessoas idosas evitando a sua integração em equipamentos coletivos privilegiando um novo tipo de serviço de apoio domiciliário que, além das componentes básicas de apoio, possa incluir serviços básicos de saúde com apoio tecnológico. A articulação entre os setores da saúde e da segurança social vai tornar-se ainda fundamental no apoio aos cuidadores informais em formação, capacitação e de apoio psicossocial.

Os autores da Portaria 134-A/2022 não perceberam que, no nosso tempo, os governos são apenas mais um centro de decisão entre outros que influenciam a vida dos cidadãos. Enganam-se aqueles que pensam que a força política de quem governa resulta apenas da legitimidade democrática. Essa força é consequência, também e cada vez mais, da capacidade de relacionamento entre governos e diferentes parceiros económicos e sociais.

Estamos perante o limiar de uma nova forma de governar que se justifica se atentarmos que os problemas são de tal monta e tão graves que não são possíveis de solução na base de um único agente ou governo, por mais poder com que se apresente.

Ora esta atitude obriga a que plataformas de diálogo funcionem se possível, de modo estruturado com os principais agentes económicos, sociais e culturais. Os autores da referida Portaria não perceberam o tempo que vivemos. É pena.



CUIDADOS CONTINUADOS

Saúde e Apoio Social

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Os cavaleiros do Apocalipse

1 - Na crónica do mês passado, a propósito da invasão da Ucrânia pela Rússia, interrogava-me eu, na esteira de Jorge de Sena, e interrogava do mesmo modo os meus leitores, sobre como será o mundo que nos espera, e principalmente o que espera os nossos filhos e netos, agora que essa agressão fez regressar o cenário e os horrores da guerra ao Continente e entre países da Europa, após mais de sete décadas de paz.

Pensava eu então que, estando em presença de uma desproporção incomparável de forças, recursos e poder militar, entre invasor e agredido, em favor daquele, o fatal destino seria o da submissão do mais fraco, ao fim de escassos dias, aos pés do mais poderoso – e que continuaria a ser o domínio do mais forte sobre o mais fraco, como sempre fora, a marcar as relações internacionais.

E que o mundo do futuro seria mais ou menos o que foi o do passado.

Creio que, nessa previsão, estava acompanhado por quase todos os que têm acompanhado o curso da guerra.

Mas, todavia, a Ucrânia resiste ainda ao invasor, dando razão ao dito, atribuído ao Marquês de Pombal e destinado ao embaixador de Espanha, que ameaçava de invasão Portugal, de que cada um em sua casa pode tanto que, mesmo depois de morto, são precisos quatro homens para o retirar dela.

O espaço mediático arredou das notícias a epidemia por Covid-19, para colocar no centro das atenções a invasão.

E, não obstante a doença continue a fazer vítimas entre nós, persistindo como ameaça real da nossa vida e saúde, o certo é que o dealbar de Abril não nos trouxe, como previsto, nem o regresso da normalidade sanitária, nem a paz no extremo leste de Continente.

Seria talvez oportuno que uma não nos fizesse esquecer a outra, de resto duas faces do mesmo mecanismo regulador dos excessos da população que a peste e a guerra sempre tiveram ao longo dos séculos – dois dos Cavaleiros do Apocalipse.

Calhou-nos coincidirem no tempo uma e outra – embora a nós a guerra só afecte no espírito, já que anda por longes, embora também próximas, terras; e ao povo da Ucrânia afecte no que mais conta, na vida e na paz e tranquilidade dos dias.

Mas não deixa de ser revelador da, apesar de tudo, hierarquia das preocupações, que, nas constantes e minuciosas reportagens que nos dão conta do dia-a-dia da vida na Ucrânia, a Covid-19 permaneça fora dos sinais visíveis desse dia-a-dia.

Desde as manifestações contra a ocupação, que vemos com frequência na televisão, até às reportagens nos hospitais, após os bombardeamentos russos, ou mesmo ao acompanhamento de grupos de mulheres e crianças em fuga, para zonas do território até agora mais poupadas, ou em direcção a países de acolhimento, não se assinala a presença de uma máscara, nem se dá conta de qualquer preocupação de distanciamento social – salvo no que diz respeito a Putin, sentado ao topo de uma longa mesa.

Mesmo na luta conta o mal, há prioridades – e, apesar de tudo, umas ameaças são mais prementes de que outras.

2 - A retirada russa de algumas zonas da Ucrânia que ocupara veio, nos últimos dias, fazer-nos aceder à informação iniludível sobre a violência exercida pelos ocupantes sobre os ocupados, configurando crimes de guerra, num cortejo comum aos cenários de invasão de territórios alheios ao longo dos séculos, confirmando que os avanços da civilização e a prioridade contemporânea dos direitos humanos não lograram afeiçoar a matéria bruta de que somos feitos.

Para quem pensava que a guerra moderna se travaria apenas por meios electrónicos, mais assépticos, sem vítimas, limitada à destruição cirúrgica de bens e equipamentos, por mísseis teleguiados ao centímetro, aí está, com o rigor das imagens da televisão ou das fotografias dos jornais, a comprovação de que esta invasão agressiva vem acompanhada de toda a miséria moral e violência física individual e colectiva que associamos ao comportamento do mais forte, e que é a mesma de todas as guerras do passado.

Os corpos de ucranianos mortos, abandonados no meio das ruas, após execuções sumárias, são bem a metáfora dessa miséria e dessa violência.

Por outro lado, a cobertura que a imprensa vem fazendo dos campos de batalha, por vezes com risco efectivo de vida por parte dos jornalistas, tem permitido que o partido que é normal tomarmos pelo mais fraco ou agredido seja confortado pela realidade concreta, não havendo contra-propaganda que aguente a força das imagens que diariamente recebemos.

O acompanhamento da guerra em directo torna mais forte e mais motivada a solidariedade com o invadido e mais determinado o repúdio e exautoração do agressor: não há cinismo que sobreviva à evidência, ao que os olhos viram e as palavras relatam.

3 - A actualidade da guerra e a persistência

da infecção não distraíram da nomeação e posse do novo Governo.

A longa pausa pós-eleitoral, por causa do episódio pícaro da contagem do voto emigrante, não foi de molde a proporcionar grandes surpresas.

Como o Presidente da República explicitou, quem foi sufragado foi o Primeiro-Ministro.

Ora, o Primeiro-Ministro é o mesmo.

Importará, pois, ver se a governação segue o mesmo rumo; e apurar, pela prova dos factos, se há distinção entre governar em geringonça e governar a solo.

Isto é, saber se a composição pluripartidária da base de apoio aos dois anteriores governos se traduzia ou não em diversidade das políticas prosseguidas; e se as políticas novas, se diversas, serão melhores ou piores do que as antecedentes.

Se foram piores, está aberto o caminho para a recuperação eleitoral, quer do PCP, quer do Bloco de Esquerda; se foram melhores, será ao contrário.

Mas a posse ficou também marcada pelo aviso do Presidente da República de que, por ter sido personalizada a unção conferida pelo eleitorado, o Primeiro-Ministro estará vinculado ao cargo até ao fim da legislatura, devendo abandonar devaneios, se os tinha, de rumar a Bruxelas a meio do mandato, como fez Durão Barroso.

Se partir para esse lugar dourado – preveniu ainda Marcelo Rebelo de Sousa -, teremos eleições novamente antecipadas, a fim de evitar a réplica da confusão que sucedeu com a nomeação de Santana Lopes como Primeiro-Ministro, quando Durão Barroso saiu para Presidente da Comissão Europeia – e que acabou por entregar o báculo a José Sócrates.

Tenho ouvido vários comentadores, de vários quadrantes, explicarem-nos quanto é importante para Portugal ver um político seu nacional ocupar um alto cargo em Bruxelas – mesmo que para isso o nosso País regresse à instabilidade política.

Tenho as minhas dúvidas, e tê-las-ei enquanto me lembrar da troika, e de quem a compunha, e do case-study que quiseram fazer de Portugal – para nos darem uma lição de austeridade.

Não foi “porreiro, pá”!

UDIPSS PORTO

20 anos a crescer em associadas e ações de formação e informação

Com a transformação, em 2001, da UIPSS em CNIS, a necessidade de criação de autonomia por parte dos Secretariados Distritais, estruturas intermédias da União, levou à criação das Uniões Distritais. E se as primeiras surgiram ainda em 2001, é no ano seguinte que muitas se constituíram, como é o caso da UDIPSS Porto, fundada em abril de 2002. Na passagem de duas décadas de atividade, o SOLIDARIEDADE questionou o presidente da União Distrital portuense, Rui Leite de Castro, sobre o passado, presente e futuro da estrutura que lidera.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital?

Rui Leite de Castro - Tal como em grande parte das Uniões Distritais, o seu nascimento adveio da necessidade de criação de autonomia por parte dos Secretariados Distritais. O do Porto não foi diferente, até porque a cidade do Porto sempre foi um grande alforte do associativismo social no País e a sua União refletiu e reflete ainda hoje essa força associativa da sua população. Do Secretariado, a União herdou a sede, o «Palacete do Carvalhido», e o Gabinete de Contabilidade, implementado aquando da criação do Plano Oficial de Contas das IPSS. Dos marcos da história da União de assinalar a sua criação, em 2002, por escritura, um ato testemunhado por 39 associadas, iniciando-se assim um novo ciclo no associativismo social no Distrito do Porto. Dos diversos mandatos podemos assinalar importantes marcos, como a requalificação da sede, iniciada em 2010 e terminada em 2018 e o crescimento do número de associadas e de serviços prestados. De projetos financiados, destaque para a participação em cursos de pós-graduação, publicação de três livros do sector, criação do Programa MAIS e ainda a bandeira da Inovação Social, entre outros, como a criação da empresa social Cálculo 3S - Sociedade de Contabilidade, Unipessoal LDA. Já em 2016, desenvolveu a plataforma informática «Plataforma Ser IPSS», mas são as sessões de esclarecimento e a realização de Redes de Proximidade que mais têm aproximado a União das associadas. Com início em 2018, o curso «Ser dirigente IPSS» já conta três edições, que estão na génese de formações específicas e dinamizadas atualmente. Por fim, referir que hoje a União agrega 400 IPSS associadas.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

Um balanço positivo. Desde a sua criação, a União tem tido dirigentes que se interessaram vivamente pelos problemas e dificuldades inerentes à sua atividade. Procuraram sempre, desinteressadamente, contribuir para o bom desenvolvimento do percurso da União e para trazer mais-valias na ação junto das associadas. Respondendo à questão em si, o legado deixado foi bastante profícuo no aumento da capacidade de conseguir responder às diversas necessidades das Associadas. Ao nível do reconhecimento das associadas sobre o papel



da União no setor, dizer que o distrito de Porto teve e tem uma grande envolvimento, solicitações e participação.

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

No desenvolvimento da sua ação, a União, por vezes, encontra algumas dificuldades na sua operação, nomeadamente quando há picos na sua procura por parte das associadas. Quadros legislativos ou novos programas dirigidos ao sector social acarretam um aumento de pedidos de esclarecimento por parte delas, localizados no tempo é certo, mas que exigem da União um esforço acrescido no seu atendimento. Por outro lado, o não cumprimento atempado de várias exigências processuais por parte das diversas autoridades, referente a vários programas governamentais, provoca dificuldades acrescidas ao sector.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Os processos de decisão por parte das nossas associadas necessitam de ser cada vez mais acelerados e fundamentados. Isso acarreta a necessidade de se munirem de conhecimentos, seja na área legislativa, seja na área da gestão, seja também na área social e humana. Sendo os cargos dos órgãos sociais das IPSS e das Uniões Distritais não remunerados, por vezes é difícil o seu preenchimento por elementos com os perfis mais adequados a uma administração mais profissional e informada. Um dos desafios importantes da UDIPSS Porto será o de encontrar associados interessados e atuantes, que detenham as características já referidas, e que, depois, se reflita nos órgãos sociais das IPSS.

Quais as grandes oportunidades para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Sendo o canal de comunicação com as associadas tão estreito, a União tem a capacidade de prestar serviços adequados às suas necessidades. A vertente empreendedora está na nossa génese e é característica dos seus dirigentes e trabalhadores. Assim, vemos oportunidades de crescimento da União na melhoria de práticas no trabalho das

associadas, na criação de ferramentas que facilitem a gestão e no aumento da prestação de serviços e ações de formação. Vemos ainda a possibilidade de criação de mais empresas especializadas, dada à elevada procura sentida.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Porto com as IPSS associadas?

Cada vez mais, o relacionamento das IPSS associadas com a União tem sido estreitado. Isso demonstra o aumento da procura pelos nossos serviços, bem como o interesse demonstrado pelas variadas ações de formação e informação que temos desenvolvido. A «Plataforma Ser IPSS» foi um passo decisivo nessa relação. Pode parecer caricato, mas o que nos une ainda bastante é o facto de respondermos a todos os e-mails e atendermos todos os telefonemas.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

Existe com a nossa União um bom relacionamento institucional e o desenvolvimento de um trabalho conjunto na resolução dos diversos problemas que se apresentam. Como oportunidades de melhoria, os canais de comunicação poderiam ser melhorados, com informação de relevo sobre a cooperação, não ocorrendo apenas em reuniões de Conselho Geral e Assembleias Gerais. A realização de reuniões temáticas específicas entre as Uniões, com dirigentes e assessores, seria uma boa oportunidade de dinamização de informação e capacitação das UDIPSS.

Porque escolheram celebrar o 20º aniversário da forma que o vão fazer?

A celebração dos 20 anos da UDIPSS Porto foi pensada de forma a tornar essa ação num evento com características mistas de comemoração e festa. Tentaremos fazer um evento que traga o maior número de representantes das IPSS associadas para passarem um bom fim de tarde, aproveitando para se conhecerem ou reverem, para confraternizarem e para descobrirem também qual foi a nossa ação nestes últimos 20 anos.

UIPSSD BRAGANÇA

Um grande encontro de afetos para assinalar duas décadas de vida

Tal como a UDIPSS Porto, também a União Distrital de Bragança celebra 20 anos de existência neste mês de abril. As dificuldades que o território e o despovoamento e o envelhecimento da população colocam às IPSS brigantinas na concretização da sua missão é o grande combate que a UIPSSDB enfrenta, segundo a presidente Paula Pimentel, que traçou, para o SOLIDARIEDADE, um retrato do passado e presente da União, projetando ainda o futuro.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital?

Paula Pimentel - Um dos marcos mais significativos da nossa história foi, sem dúvida, a onda de solidariedade que sentimos para aquisição de uma viatura de nove lugares para apoio a todas as nossas associadas. Foi uma iniciativa de uma coletividade local, sem qualquer ligação às IPSS, o Aeroclube de Bragança (ACB), que decidiu realizar batismos de voo solidários, revertendo a receita destes voos para a aquisição da viatura para a União. Foi impressionante sentir a adesão da comunidade local e também de pessoas anónimas de vários pontos do país que quiseram voar para ajudar. No «Careto AirShow» de 2019 foi-nos entregue a viatura e foi um momento muito emocionante e inesquecível. Depois, a própria pandemia da doença Covid-19, foi um momento demasiado duro para todos, em que sentimos a importância da União Distrital e o quanto significava para cada uma das instituições o sentimento de pertença a um grupo que enfrentava os mesmos desafios. A União funcionou como um braço de amparo, como um guia que procurava orientar, uma luz que tentava romper a escuridão. Foi na fragilidade que sentimos que a União Distrital tinha um enorme significado na vida de cada uma das suas associadas.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

Os nossos antecessores abriram o caminho e plantaram as fundações: espírito de missão e de serviço no caminho do bem comum. Romper o caminho é sempre a parte mais difícil, trabalhar as mentalidades e mostrar que juntos podemos caminhar mais devagar, mas vamos mais longe e com maior segurança. Eles deixaram esse trabalho feito e nós tentamos, a cada dia, honrá-los e dar-lhe continuidade e, sempre que possível, melhorá-lo. Hoje temos uma atuação mais abrangente e mais presente, dando mais apoio às nossas associadas, mas foram os nossos antecessores que nos preparam para este caminho.



Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Estamos numa região muito vasta, do ponto de vista territorial, com graves problemas de despovoamento e ainda maiores de envelhecimento da população. A União Distrital de Bragança vive uma realidade completamente diferente da realidade nacional, e sentimos que, por vezes, é difícil que os nossos pares e, sobretudo, as entidades que tutelam a ação social no país compreendam estas diferenças estruturais. Talvez porque somos poucos, nem sempre a nossa voz é ouvida! A par disso, enfrentamos graves problemas de excesso de trabalho, devido à falta de recursos que não nos permitem a contratação de recursos humanos suficientes, ficando tudo a cargo dos elementos dirigentes. Com a pandemia, esta fragilidade tornou-se mais evidente. Foram dias, aliás meses, de enorme pressão profissional e psicológica, com a necessidade de duplicação de serviços, uma vez que a UIPSSDB tem de atender, muitas vezes, a várias instituições com os mesmos pedidos ou necessidades.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Conseguir melhorar a atuação da UIPSSDB, começando por reforçar o quadro técnico. É urgente a contratação de pessoal com perfil adequado às exigências dos nossos serviços, proporcionando-lhes remuneração adequada a essas exigências. Lutar para conseguirmos tornar o nosso sector mais apetecível e atrativo para os profissionais de todas as IPSS pois, qualquer dia, corremos o risco de não ter candidatos para trabalhar.

Como caracteriza a relação da UIPSSD Bragança com as IPSS associadas?

De grande proximidade e espírito de cooperação.

A UIPSSDB tem mantido o apoio permanente às associadas, principalmente, jurídico.

As IPSS já se habituaram à disponibilidade e ao amparo da União, pois sentem que não estão sós, colocando questões e obtendo ali a sua resolução.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

Com a CNIS mantemos uma relação saudável e também de grande proximidade. Os seus dirigentes têm da nossa parte uma enorme estima e respeito. O que pode ser potenciado é reforçar a nossa relação no sentido de tornar mais forte o Sector Social Solidário. A CNIS pode-nos ajudar a dar a conhecer devidamente a nossa realidade e dar o seu contributo na defesa das nossas lutas, pois tem um enorme peso a nível nacional e junto do Governo.

Porque escolheram celebrar o 20º aniversário da forma que o vão fazer?

Nesta celebração queremos, ao mesmo tempo, abordar assuntos de interesse geral para as IPSS e festejar a possibilidade de podermos voltar a estar juntos fisicamente, depois de tantas e tantas reuniões por via digital. Sabemos como é importante o convívio entre dirigentes, colaboradores e técnicos e entre as várias instituições, porque sabemos da importância de olhar nos olhos, de sorrir para os nossos amigos, a importância de um abraço, especialmente agora depois de tantas provações que enfrentámos nos últimos dois anos. No primeiro mandato da atual Direção da União realizámos um encontro de associadas, o que foi extremamente importante para nos conhecermos melhor, partilharmos ideias, projetos, sonhos e expectativas e sentimos que é o momento de o voltar a fazer. Este será um grande encontro de afetos.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

LINHA DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO DO SNS 24

Perto de 150 mil pessoas receberam apoio

Mais de 148 mil pessoas, entre os quais 9.500 profissionais de saúde, receberam apoio através da Linha de Aconselhamento Psicológico do SNS 24, criada há dois anos em plena pandemia de covid-19.

“As chamadas recebidas pela Linha de Aconselhamento Psicológico (LAP) do SNS24 estão relacionadas sobretudo com problemas e sintomatologia associados à ansiedade, ao agravamento de psicopatologia prévia, à gestão e adaptação em situação de crise”, referem os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

A LAP foi lançada no dia 01 de abril de 2020, através de uma parceria entre os SPMS, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Ordem dos Psicólogos Portugueses, com vista a dar “uma resposta de proximidade em saúde mental aos cidadãos durante a pandemia”.

Durante este período, os psicólogos que prestam serviço na LAP atenderam mais de 9.500 profissionais de saúde e mais de 138 mil outros utentes.

“Nas situações emergentes, em que o psicólogo identifique que existe perigo para o próprio utente ou para terceiros, a chamada é transferida para o INEM, que assegura o acionamento dos meios de socorro adequados”, explicam os SPMS.

O psicólogo pode também identificar a necessidade de encaminhamento para o serviço de Triagem, Aconselhamento e Encaminhamento do SNS 24, se considerar que a situação do utente não ficou resolvida com o aconselhamento psicológico ou que apresentem outro tipo de sintomatologia.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- | | |
|---|---|
| US UNIDADES DE SAÚDE | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| CP CONTROLO DE PRESENCAS | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI |
| UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT) | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | CNT CONTABILIDADE ESNL |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| ORD ORDENADOS | ORC MÓDULO ORÇAMENTOS |

+ de 40 aplicações

+ de 900 clientes

Garantia de satisfação

Demonstrações grátis e sem compromisso

Assistência remota

Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326

TELEMÓVEL +351 939 729 729

EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**



FUNDAÇÃO D. LAURA DOS SANTOS, GOUVEIA

Mais de 900 mil euros para construção de Unidade de Demências

A Fundação D. Laura dos Santos, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Gouveia, prevê investir 905 mil euros na construção de uma Unidade de Demências considerada “inovadora” na região Centro.

De acordo com um concurso público publicado em Diário da República, o preço base do procedimento da empreitada de execução da Unidade de Demências - Fundação D. Laura dos Santos é de 905 mil euros e o prazo de execução do contrato é de 520 dias.

Segundo Rui Reis, presidente do Conselho de Administração da Fundação D. Laura dos Santos, a instituição pretende construir, na localidade de Moimenta da Serra, no concelho de Gouveia, distrito da Guarda, uma Unidade de Demências considerada “importante na dinâmica das demências, no próprio distrito e na zona Centro”.

“É uma obra inovadora”, garantiu o

responsável, salientando que foi planeada no âmbito de um protocolo com o Centro de Referência Estatal (CRE) de Salamanca (Espanha) e com a associação Alzheimer de Portugal.

Rui Reis disse que na região “não existem unidades destas”. “Se tudo correr como julgamos, até será uma referência na própria zona Centro. Eu até tenho noção que foi aprovada atendendo aos vários aspetos de inovação social que o projeto tem”, afirmou.

O responsável apontou, como exemplo, que a futura unidade ficará dotada com um centro de formação para cuidadores de doentes com demências, que será “uma vertente inovadora”.

Assim, a futura Unidade de Demências acolherá não só os próprios doentes, como prestará aos familiares e cuidadores formação e apoio ao nível psicológico “para enfrentarem uma situação dessas”.

A unidade, que vai ser construída no espaço

social da Fundação D. Laura dos Santos, será autónoma, terá capacidade para acolher 30 utentes com demências e criará entre 25 a 30 novos postos de trabalho em várias áreas.

A obra é apoiada pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), tendo em conta “o aspeto inovador”, segundo Rui Reis.

A Fundação D. Laura dos Santos é uma IPSS do concelho de Gouveia que detém quatro valências: Unidade de Apoio à Infância, Unidade Desportiva (está associada à Unidade de Apoio à Infância e dispõe de piscina, polidesportivo e campo relvado de futebol), Unidade Geriátrica (Lar de Idosos e Centro de Dia) e Projeto Mãos Abertas (dá resposta a crianças em risco e a mulheres em risco ou vítimas da violência doméstica assim como aos seus filhos).

A instituição tem atualmente cerca de 300 utentes nas várias valências e um total de 80 funcionários.

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS E BEM ESTAR SOCIAL DE SANTA EUFÊMIA, LEIRIA

Construção de Lar vai custar mais de 2 milhões de euros

A Associação de Melhoramentos e Bem Estar Social de Santa Eufémia (AMBESSE), instituição particular de solidariedade social do concelho de Leiria, prevê iniciar este ano a construção de um lar, investimento que ultrapassa os dois milhões de euros.

“A obra, a preços de 2020, quando foi feita a candidatura, era de 2,1 milhões de euros. É certo que o valor vai subir substancialmente”, disse o presidente da direção, José Maria Faria, numa alusão ao aumento dos preços.

Segundo o dirigente, o financiamento do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais é de cerca de 1,3 milhões de euros, esperando a AMBESSE apoios da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, da Câmara Municipal de Leiria e da

população, num projeto para o qual conta ainda utilizar fundos próprios, contrair um empréstimo e realizar eventos para obter verbas.

“O nosso objetivo é iniciar a obra ainda este ano”, declarou José Maria Faria, explicando que o investimento, a concretizar num terreno doado à AMBESSE, em Santa Eufémia, terá um prazo de execução de dois anos.

O presidente da AMBESSE adiantou que o futuro edifício, além do lar, com capacidade para 44 utentes, vai concentrar as restantes valências, o centro de dia e o serviço de apoio domiciliário, atualmente a funcionar em instalações cedidas pela Junta de Freguesia.

Salientando que o lar é uma resposta social ambicionada desde que a instituição foi fundada, em 1996, José Maria Faria acrescentou que,

após a conclusão, o número de funcionários, atualmente de 14, vai pelo menos duplicar.

José Maria Faria considerou ainda que, face ao aumento dos custos, a Segurança Social “deveria rever o aumento do financiamento”.

No seu sítio na Internet, lê-se que a AMBESSE “desenvolve atividades de apoio a idosos e comunidade em geral, abrangendo, essencialmente”, a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista.

O serviço de apoio domiciliário tem “capacidade para 40 utentes” e é “individualizado de caráter preventivo e reabilitador, no qual são articulados um conjunto de serviços e técnicas de intervenção profissional, com incidência nos cuidados pessoais”, desde a higiene à alimentação, dos cuidados da habitação ao apoio psicossocial.

SUBIDA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS E BENS ALIMENTARES

Apoio extraordinário de 60 euros para famílias vulneráveis

O apoio extraordinário de 60 euros para famílias mais vulneráveis ao aumento dos preços de bens alimentares foi publicado em Diário da República e abrange os beneficiários da tarifa social de eletricidade, com referência a março.

“São abrangidos pelo apoio (...) as famílias beneficiárias da tarifa social de eletricidade por referência ao mês de março de 2022”, estabelece o decreto-lei hoje publicado e que entra em vigor no sábado.

O diploma define que a Segurança Social “procede ao pagamento do apoio extraordinário com base na comunicação da Direção-Geral de

Energia e Geologia dos elementos necessários à identificação dos clientes finais economicamente vulneráveis que sejam beneficiários da tarifa social de eletricidade, por referência ao mês de março de 2022”.

De acordo com os dados mais recentes publicados no site da Direção-geral de Energia e Geologia, em fevereiro, o número de beneficiários abrangidos pela tarifa social de energia elétrica era de 759.950.

O decreto-lei indica ainda que o valor do apoio extraordinário é de 60 euros por agregado familiar e será pago pela Segurança Social “no mês de abril de 2022”, tal como

já tinha avançado o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Segurança Social “deferiu a atribuição do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis de forma automática e oficiosa”, estabelece o decreto-lei.

Os encargos serão suportados diretamente pelo Orçamento do Estado, sendo as verbas previamente transferidas para o orçamento da Segurança Social.

O novo apoio pretende mitigar o efeito da subida dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares de primeira necessidade, agravados pela guerra na Ucrânia.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



PODE O CAPITALISMO SER UM AGENTE MORAL?

O caso das empresas que abandonam a Rússia

Escrevi em tempos neste espaço de crónica sobre a possibilidade de as corporações capitalistas poderem ser agentes morais.

A agência moral é algo que associamos aos indivíduos. Se acreditarmos que somos seres dotados de livre arbítrio também acreditamos que somos capazes de escolhas morais, isto é, de em cada circunstância escolher entre bem e mal.

Para as empresas capitalistas a questão não se coloca do mesmo modo. Às corporações capitalistas não se pede que pratiquem o bem e evitem o mal de acordo com um qualquer código moral. Na verdade, não existem para isso. Existem para maximizar resultados e apenas se lhes exige que cumpram as leis do estado.

Naturalmente que estamos aqui a simplificar, quiçá excessivamente, os temas em apreço.

A questão do livre arbítrio dos seres humanos ocupa os filósofos há mais de dois milénios, atualmente é um tema da moderna investigação das neurociências, contudo, não temos ainda uma resposta satisfatória para o problema. Para alguns o livre arbítrio é real, para outros é uma mera ilusão, embora, porventura, uma ilusão útil.

Quanto ao desiderato de maximização das empresas também não é um tema linear. Maximizar o quê? Resultados Líquidos? Dividendos? Crescimento dos negócios? Valor para os acionistas? Valor para a comunidade?

Ou seja, assim como a questão da agência moral dos seres humanos está longe de ser uma questão encerrada, do mesmo modo também é objeto de debate qual a função de máximo das empresas.

Seja como for, defendi nas minhas crónicas que corporações capitalistas, sem deixarem de o ser, podem e devem incorporar valores morais. Referi alguns exemplos de grandes empresas capitalistas que demonstram uma efetiva preocupação com potenciais impactos negativos da sua atividade na comunidade e que agem de modo a minimizá-los.

Este tema vem agora a propósito porque muitas empresas capitalistas decidiram abandonar a Rússia, e desse modo contribuir para o isolamento do regime, mesmo quando o programa de sanções decretadas pelos países ocidentais não as obrigava a fazê-lo.

A lista é enorme e inclui grandes nomes do capitalismo moderno: Mac Donalds, Ikea, Coca Cola, Zara, Shell, BP, Goldman Sachs, etc.

Poderíamos ser tentados a ver aqui uma posição

moral da parte das empresas.

Em boa verdade nada no plano dos programas de sanções as obriga a deixar a Rússia e, para algumas, o que fica para trás não é propriamente despiendo.

Por exemplo, a BP tem um investimento gigantesco na maior petrolífera russa, a Rússia representa cerca de 10% do negócio da Mac Donalds.

No entanto, acredito que devemos ler tudo isto “cum grano salis” e reservar uma dose de saudável ceticismo na avaliação do comportamento das empresas.

Como nos ensina o grade filósofo Immanuel Kant um ato só tem valor moral se for praticado no cumprimento de um dever.

É tudo menos garantido que as corporações capitalistas que estão a deixar a Rússia o estejam a fazer para ajudar a quebrar um regime despótico e agressivo, ou seja, por dever.

Desde logo algumas empresas estão apenas a antecipar-se ao que poderia ser um castigo forte por parte das opiniões públicas e a consequente debandada, ou mesmo boicote, por parte dos clientes.

Já temos um caso exemplar. A Shell começou por tentar tirar partido da difícil situação da Rússia. Embora as exportações de petróleo russo não estejam proibidas não está fácil vendê-lo por estes dias. Os petroleiros saem carregados dos portos russos sem destino. Pelo caminho tentam vendê-lo o que, em geral, acabam por conseguir a preços degradados. Fala-se de petróleo vendido a 30 dólares por barril numa altura em que os preços à vista estão bem acima de cem dólares.

Contudo, a pressão da opinião pública sobre a Shell foi de tal ordem que a companhia declarou que não vai comprar mais um barril que seja proveniente da Rússia.

Mas não é só o medo das opiniões públicas que está a empurrar as empresas para fora da Rússia.

Talvez o fator mais importante seja o medo das sanções.

Como vimos não está proibido comprar petróleo à Rússia.

O problema é que, mesmo em setores não sancionados, do outro lado de uma transação está sempre uma contraparte e, no meio das partes, uma teia complexa de transações financeiras onde intervêm inúmeras entidades.

Ora, num quadro como o atual, nunca se sabe

quando, mesmo que involuntariamente, se tropeça numa entidade sujeita a sanções num negócio complexo.

E estas coisas, quando correm mal, doem mesmo!

Há um par de anos o BNP Paribas, um dos maiores bancos europeus, foi condenado por um tribunal dos Estados Unidos a uma multa de quase 9 biliões de dólares (sim, leram bem, 9 mil milhões de dólares) por ter desrespeitado os programas de sanções americanas contra o Sudão, Cuba e Irão.

Finalmente abandonar a Rússia não significa o mesmo para todas as empresas.

Para algumas, como a BP, o problema é relativamente simples. Trata-se unicamente de vender uma posição minoritária na Rosneft, coisa que pode não ser fácil no momento atual, mas que, de qualquer modo, não implica decisões difíceis como, por exemplo, despedir pessoas. É provável que a venda da posição origine uma menos valia significativa, contudo, nada que o balanço da companhia não possa absorver.

Para empresas de consultadoria como a Accenture, tratou-se unicamente de fechar escritórios, indemnizando generosamente os empregados.

Mas há casos mais complexos. Por exemplo, a Unilever, a Proctor & Gamble ou a Nestlé vendem na Rússia uma gama variada de produtos entre os quais bens de primeira necessidade e que não são facilmente substituíveis por produtos locais.

Seria justo privar os russos comuns de bens de primeira necessidade?

Para algumas empresas há um balanço difícil entre a necessidade de contribuir para o isolamento do regime russo atual e o compromisso com as populações locais. Algumas optaram por manter apenas o negócio dos bens de primeira necessidade abandonando tudo o resto.

Claro que tudo o que possa contribuir para isolar o atual regime russo é bem-vindo. As empresas que estão a sair do mercado russo estão a ajudar a colocar pressão nos dirigentes russos para aceitar uma solução negociada para a crise na Ucrânia.

Nem tudo o que vemos do lado das empresas virá de uma determinação moral. Admito que na maioria dos casos o interesse próprio, porventura, fala mais alto.

Ainda assim é um movimento positivo que devemos saudar.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Mais uma primavera

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Idosos portugueses na cauda da Europa

Os idosos portugueses foram os que tiveram piores resultados num estudo que avaliou o envelhecimento saudável em pessoas com 70 anos ou mais de cinco países europeus.

O trabalho, que recrutou em cinco países mais de 2.000 idosos sem doenças crónicas incapacitantes e sem grandes limitações físicas e que na parte portuguesa foi coordenado pelo reumatologista José Pereira da Silva, do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, concluiu que os idosos mais saudáveis são os da Áustria e da Suíça.

Os idosos portugueses, todos da região Centro, tiveram os piores resultados dos cinco países envolvidos, uma situação que o especialista diz não ser surpreendente, embora sublinhe que “estas diferenças existem, mas são corrigíveis”. “Não são uma consequência inelutável da idade. Seria importante haver um programa para perceber porquê e introduzir medidas corretivas (...). Temos de encontrar soluções à nossa capacidade [financeira]”, acrescenta.

O especialista diz também que o facto de terem sido recrutadas pessoas relativamente saudáveis e independentes “torna estes resultados mais alarmantes”.

“Todos [os países envolvidos] são reconhecidamente mais ricos, em média, do que Portugal, e o nível educacional é diferente [mais elevado], mas esta é a realidade. Por outro lado, estamos muito orgulhosos da nossa longevidade média, pois temos das esperanças de vida mais altas do mundo, mas não é com qualidade. E isto merece atenção e deve debater-se seriamente”, afirma.

As conclusões do estudo atribuem a Portugal uma prevalência de envelhecimento saudável na ordem dos 8,8%, em comparação com os 36,7% de França, 37,6% da Alemanha, 51,2% da Suíça e 58,3 da Áustria. Independentemente do país de origem, indicam ainda que os valores de envelhecimento saudável estão associados à idade, a mais baixos índices de massa corporal, ao sexo feminino e a uma melhor condição física.

Questionado sobre os motivos destas diferenças, que o estudo não analisou, José Pereira da Silva admite várias hipóteses. “Os recursos económicos individuais são muito importantes, a pessoa poder ir ao médico, comprar medicamentos, alimentar-se bem, ir ao ginásio (...)”.

“Há também a dimensão dos recursos técnicos da sociedade, como a que distância está a pessoa de um centro de exercício físico, ou quantos ginásios existem a custo acessível para um idoso, ou de que forma os serviços médicos promovem ou não os hábitos saudáveis”, acrescenta.

O especialista aponta igualmente a introdução do modelo das USF [Unidades de Saúde Familiar] na clínica geral, sublinhando que “representou um grande benefício”: “pela primeira vez passou a ser o médico e o serviço de saúde que vai atrás do cidadão, por exemplo, se ele não estiver vacinado”.

“São pontos muito positivos onde se pode ir mais longe, sem necessariamente representarem um enorme custo que enquanto povo não pudésemos comportar”, refere.



Considera que estas diferenças também têm que ver com as tradições dos diversos países e lembra: “nós temos, de longe, a prevalência de carência de vitamina D mais elevada. Nos países com melhores resultados, as pessoas são suplementadas e nós não somos. Ainda que sej debatível a importância da vitamina D, é apenas um indicador da presença de promoção da saúde pelos serviços”.

Recorda que em todos os países que comparam com Portugal neste estudo a relação entre o estado de saúde geral e o nível educacional “é direta e significativa” e que é mais forte do que a relação poder económico/estado de saúde. “As pessoas não sabem, não têm acesso e depois não fazem as melhores escolhas”, diz.

Por outro lado, sublinha a importância que o poder político devia dar ao tema, exemplificando: “Portugal tem uma secretaria de Estado da Juventude, mas não há nenhuma para a terceira idade. Somos cada vez mais um país de velhos, cada vez mais frágeis e continuamos a fazer questões de que só os novos tenham oportunidades de serem saudáveis”.

O especialista adianta ainda que os media também podem fazer a diferença, lembrando a importância dos programas de educação para a saúde nas televisões, “em vez de estarem meia hora a vender produtos que nem têm comprovação científica”.

Além do estudo agora publicado, o especialista aponta outros que espelham diferentes indicadores da saúde dos idosos portugueses, como um que mostra que estes são também dos que têm um estado de saúde mais frágil (prevalência de 13,7%, a Áustria teve 0%) ou o que indica uma maior prevalência (34,5%) de carência de ferro (que leva à anemia). O mínimo foi registado nos idosos franceses, com 24%.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL